

Interseccionalidade e imagens de controle: os conceitos de raça, gênero e infância e a constituição da autoidentificação de meninas negras

Ana Maria Klein¹

Juliana dos Santos Costa²

RESUMO

A interseccionalidade, conceito elaborado originariamente por mulheres negras, evidencia desigualdades e opressões dentro da estrutura social. Pensar de modo interseccional alude à revelação das múltiplas exclusões. Trata-se de como a identidade de um grupo social é perpassado não só pelo racismo como por outras estruturas e opressões ao considerar conjuntamente dados relacionados à etnia, gênero e contexto socioeconômico. Este artigo visa a relacionar conceitos fundamentais como: identidade, raça, etnia e infância a fim de alimentar o debate sobre o espaço social das meninas negras no Brasil. Para atingir este objetivo, adotou-se uma abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica priorizando a produção de pesquisadores negros e negras com o intuito de contribuir para a reflexão sobre ambientes e relações favoráveis à edificação de uma identidade negra positiva.

Palavras-chave: educação antirracista; interseccionalidade; menina negra.

¹ Doutora e Mestra em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do Departamento de Educação da UNESP e do Programa de Pós- Graduação em Ensino e Processos Formativos. Vice- coordenadora da Coordenadoria de ações afirmativas diversidade e equidade na UNESP. Líder do Grupo de Pesquisa CNPq em Direitos Humanos, Educação e Diversidades (DiHEDi). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0004-1908>. E-mail: ana.klein@unesp.br

² Mestra em Ensino e Processos Formativos pela UNESP de São José do Rio Preto. Doutoranda em Educação pela UNESP de Presidente Prudente. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa CNPq em Direitos Humanos, Educação e Diversidades (DiHEDi) e consultora de diversidade, equidade e inclusão. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3708-184X>. E-mail: juliana.costa@unesp.br

Intersectionality and controlling images: the concepts of race, gender, and childhood and the formation of self-identification for black girls

ABSTRACT

Intersectionality, a concept originally developed by Black women, highlights inequalities and oppressions within the social structure. Thinking in an intersectional way refers to the recognition of multiple exclusions. It is about how the identity of a social group is influenced not only by racism but also by other structures and oppressions when considering data related to ethnicity, gender, and socio-economic context. This article aims to relate fundamental concepts such as identity, race, ethnicity, and childhood to fuel the debate about the social space of Black girls in Brazil. To achieve this goal, a qualitative approach was adopted, developed through bibliographic research, prioritizing the work of Black researchers to contribute to the reflection on environments and relationships that foster the development of a positive Black identity.

Keywords: anti-racist education; intersectionality; black girl.

Interseccionalidad y imagen de control: los conceptos de raza, género e infancia y la construcción de la autoidentificación de niñas negras

RESUMEN

La interseccionalidad, un concepto elaborado originalmente por mujeres negras, pone de relieve las desigualdades y opresiones dentro de la estructura social. Pensar de manera interseccional alude a la revelación de múltiples exclusiones. Se trata de cómo la identidad de un grupo social está atravesada no solo por el racismo, sino también por otras estructuras y opresiones al considerar conjuntamente datos relacionados con la etnia, el género y el contexto socioeconómico. Este artículo tiene como objetivo relacionar conceptos fundamentales como identidad, raza, etnia e

infancia para alimentar el debate sobre el espacio social de las niñas negras en Brasil. Para lograr este objetivo, se adoptó un enfoque cualitativo, desarrollado a través de investigación bibliográfica, priorizando la producción de investigadores negros y negras para contribuir a la reflexión sobre entornos y relaciones favorables a la construcción de una identidad negra positiva.

Palabras clave: educación antirracista; interseccionalidad; niña negra.

INTRODUÇÃO

Aqualtune, Teresa de Benguela, Luíza Mahin, Mãe Aninha e Antonieta de Barros - quantas vezes nos deparamos com esses nomes nos livros didáticos de história do Brasil? Essas são só algumas mulheres negras que participaram ativamente de levantes populares em prol da abolição da escravidão durante o período colonial, assim como da construção do legado religioso deixado pelo Candomblé no Brasil.

Segundo Rezzutti (2018), as mulheres africanas chegaram com mais frequência no Nordeste Brasileiro a partir de 1550. Eram menos valorizadas que os homens em virtude da avaliação de que o trabalho no campo era mais lucrativo, entretanto, em diversos momentos, as mulheres negras foram líderes principalmente por possuírem experiência em defender seus territórios e povos em seus países de origem.

A não presença dessas figuras nos livros didáticos, apesar de seus grandes feitos, demonstra de modo silencioso o lugar social da mulher negra no Brasil, esse lugar de inexistência é definido pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2004) com o conceito de "sociologia das ausências" que consiste "numa investigação que visa a demonstrar que aquilo que não existe é, na realidade, ativamente produzido como não existente, isto é, como uma alternativa não credível ao que existe" (GOMES, 2017, p. 40).

Em seu artigo "A intelectualidade Negra feminina por uma educação antirracista", Souza (2018) descreve a ação do Movimento Negro Brasileiro, desde o início do século XX, no âmbito

educacional. O grupo reconhecia a educação como uma das maiores ferramentas capazes de transfigurar a discrepância socioeconômica entre brancos e negros no país. Ainda segundo a autora, é necessário um debate sobre a escolarização enquanto privilégio, discutindo-se a necessidade de uma educação que seja inspiração e que combata, assim, os estereótipos.

Em 2018, na publicação “Mulheres e meninas afrodescendentes: conquistas e desafios de direitos humanos”, a ONU apontou que a noção de igualdade é inseparável da de dignidade da pessoa humana e que, apesar disso, reconhece que a mulher e a menina afrodescendentes experimentam discriminações de diversos modos, interseccional. Elas são mais acometidas pela pobreza, em decorrência da ausência de oportunidades econômicas, como, também, pela falta de acesso à educação ou a outros instrumentos que auxiliam ou que tornam viável sua participação no processo de decisão.

Parte-se do pressuposto que a educação antirracista é um caminho necessário para a superação deste quadro. Aliada a uma postura proativa no enfrentamento ao racismo, a educação deve atuar no empoderamento de meninas negras, favorecendo uma autoimagem positiva e contribuindo para que possam superar as desigualdades e violências sociais cometidas contra as mulheres negras.

METODOLOGIA

Este estudo nasce da problematização da condição da mulher negra no Brasil e das possibilidades trazidas pela educação formal para a construção da identidade positiva de meninas negras. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que se caracteriza pela interpretação dos fenômenos e pela atribuição de significados (cf. SEVERINO, 2007).

Isso significa que a pesquisa em educação, de caráter essencialmente qualitativo, sem perda do rigor metodológico, busca compreender e interpretar os diversos e variados elementos dos

fenômenos estudados. Pelo exposto, podemos considerar que, se a educação investiga os fenômenos educativos na educação escolar ou na educação fora da escola, esses fenômenos, na abordagem qualitativa, deverão ser compreendidos em sua complexidade histórica, política, social e cultural. Somente, desse modo, podem garantir que a pesquisa em educação produza conhecimentos comprometidos com a educação crítica e transformadora (TOZONI-REIS, 2010, p. 7).

A pesquisa tem caráter exploratório, Antonio Carlos Gil (2002) aponta que a maioria das pesquisas desta natureza se desenvolve por meio de um levantamento bibliográfico, objetivando embasar o conteúdo encontrado. Ainda, segundo o autor, a pesquisa exploratória “[...] é muito útil para o estabelecimento de seu marco teórico, ou seja, para possibilitar uma aproximação conceitual” (GIL, 2002, p. 43). Neste sentido, desenvolvemos uma pesquisa bibliográfica, compreendida como um estudo de materiais já publicados, (livros, artigos, publicações em periódicos, etc.) sobre o tema estudado (GIL, 2002), priorizando a produção de pesquisadores negros e negras. Entendemos que o lugar social que tais pesquisadores ocupam influencia diretamente na sua proposição de estudo e na interpretação dos dados. São pessoas que enxergam o problema a partir de suas experiências de vida.

Quanto ao parâmetro cronológico, o Feminismo Negro ganha corpo, a partir da década de 1970, com as transformações sociais e com a crescente problematização da questão da mulher negra. No entanto, visando a constituir uma análise com trabalhos mais recentes, da última década, consideramos publicações a partir dos anos 2000.

Após essa introdução, o artigo é dividido em seis seções e aborda no primeiro subitem um panorama com dados estatísticos sobre a condição da mulher negra no Brasil. Posteriormente, na segunda seção, pormenoriza o conceito de identidade, atribuindo sua importância para as meninas negras. Na terceira, segue com as definições de raça e etnia, acrescentando informações ao caráter político dos termos atualmente. Já na quarta parte, relaciona os

conceitos apresentados e suas consequências para a abordagem interseccional, complementada com a quinta seção na qual se introduz a infância à interseccionalidade. Na sexta, as considerações finais.

MULHER NEGRA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: DADOS E ESTATÍSTICAS

Publicado em 2017, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Atlas da Violência Brasileiro apresentou um crescimento de 22% da mortalidade das mulheres negras no país, entre 2005 e 2015. O mesmo relatório demonstrou que as mulheres negras morrem, diariamente, vítimas de agressões e em decorrência de ações do Estado. A edição do Atlas de 2020 ratifica as desigualdades entre mulheres negras e não negras, assinalando que a taxa de homicídios das mulheres não negras cresceu 4,5% entre 2007 e 2017, enquanto entre as mulheres negras o crescimento foi de 29,9%. Quando utilizamos números absolutos, essa diferença torna-se mais evidente, pois temos 1,7% de crescimento nos homicídios de mulheres não negras, ao passo que o homicídio das mulheres negras tem um crescimento em torno de 60,5%.

A comparação entre as violências às quais mulheres negras e brancas são submetidas não pretende categorizá-las em grau de importância ou, ainda, diminuir a gravidade do fato. Em uma análise crítica, com o aumento de políticas de conscientização da população e uma nova perspectiva de diálogo aberto, até mesmo com a criação de novas redes de apoio, a exemplo do "Justiça de Saia", foi possível perceber uma leve queda nos casos de violência contra a mulher. Entretanto, observa-se uma mudança na qualificação do crime, já que houve uma tendência do aumento dessa violência dentro de casa, em âmbito familiar. Mesmo com a queda, constatou-se que, no Brasil, em 2018, 4.519 mulheres foram assassinadas.

Quando o dado é interceptado pela questão racial, há um crescimento da violência contra mulheres negras (aumento de 12,4%). Se compararmos as taxas de mortalidade das mulheres negras com as das não negras, aquelas são o dobro dessas. "Da mesma forma, as mulheres negras representam 68% do total das

mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 5,2, quase o dobro quando comparada à das mulheres não-negras.” (IPEA, 2020).

Os dados do Atlas da Violência demonstram como a violência afeta as mulheres e torna explícita a importância de uma análise interseccional, uma vez que, quando a variável raça é considerada, percebe-se o impacto da violência contra as mulheres negras como muito maior do que em relação às não negras.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicou, em 2019, o caderno “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil” que busca contemplar os temas propostos no Programa de Atividades para a Implementação da Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2025) da ONU. No documento, é possível verificar dados importantes sobre a condição da mulher negra no Brasil. Aponta-se que a maior distância entre os rendimentos no mercado de trabalho acontece entre a mulher preta ou parda e o homem branco, uma vez que elas recebem menos que a metade em remuneração do que um homem branco. Cenário esse que as situa na base da pirâmide social.

Quando o assunto é educação, o documento apresenta as discrepâncias entre homens brancos e mulheres negras, indicando que, apesar de ser usual que os homens tenham menores indicadores educacionais do que as mulheres, quando comparamos homens brancos e mulheres negras, é possível constatar uma ótica invertida. Ao passo que homens brancos possuem uma taxa de conclusão do ensino médio de 72%, mulheres negras e pardas possuem uma taxa de 67,6 %.

Na representação política, mulheres pretas e pardas, também, estão, numericamente, sub-representadas, quando comparadas às mulheres brancas. Percentualmente, verificamos que, em 2016, tínhamos 2,5% dos deputados federais, 4,8% dos deputados estaduais e 5,0% dos vereadores declarados como mulheres pretas ou pardas. Visando a ampliar a representatividade de negros nas eleições municipais de 2020, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) implementou o repasse proporcional de verbas do Fundo Eleitoral para candidatos que se autodeclarassem pretos e pardos.

Os dados apresentados relativos à violência contra mulher e à exclusão no âmbito legislativo da negritude justificam a necessidade de um olhar mais apurado para a situação das mulheres e das meninas negras no Brasil e, principalmente, a manutenção e a busca pela reivindicação dos direitos humanos em prol desse grupo.

O CONCEITO DE IDENTIDADE: QUEM SOMOS E POR QUE SOMOS

Em sua raiz etimológica, a palavra identidade tem origem do latim, formado pelo adjetivo *idem* e o sufixo *-dade*, na qual esse atribui um estado ou qualidade e aquele significa “o mesmo”. Em vista disso, a palavra identidade está relacionada a algo que permanece ou que possui certa similaridade. Recorrendo ao dicionário, extrai-se que o vocábulo busca expressar características próprias de uma pessoa ou coisa por meio das quais podemos distingui-las (cf. MICHAELIS, 2020).

Gomes (2017) discorre que a identidade é construída de modo coletivo ainda que em muitos momentos seja apresentada de modo individual. Pode-se retirar da reflexão a ação simultânea da heteroidentificação e da autoidentificação na construção dos sujeitos. Agregando significado aos termos hetero e autoidentificação, compreendemos que o primeiro prefixo se atribui à identificação feita por alguém fora do indivíduo, enquanto o segundo relata o olhar do sujeito sobre ele mesmo.

Destarte, a identidade étnico-racial busca as similares de um grupo baseada na raça e/ou na etnia. Os povos e os agrupamentos humanos são, nesse caso, nomeados ou articulados, não com base em características genéticas, mas em similaridades quanto à cor da pele, a traços fenotípicos e a hábitos culturais. Debatendo, o conceito e a suas consequências no âmbito social Carneiro (2011) acrescenta que a identidade étnica e racial é, historicamente, construída e, também, destruída, trazendo para a concepção uma faculdade de mutação e influências internas e externas ao grupo.

A influência social das identidades pode ser abordada de duas maneiras: uma com viés negativo e outra positiva. No primeiro,

busca-se identificar para promover a dominação entre os grupos. Nessa abordagem, temos o poder em destaque e a hierarquização dos indivíduos: “o colonialismo cria e retifica identidades como meio de administrar povos e estabelecer hierarquias entre eles. Por isso, muitos acreditam que devemos postular como objetivo um futuro no qual as identidades criadas pelo colonialismo possam dissolver-se” (ALCOFF, 2016, p. 137 apud RIBEIRO, 2019, p. 29). Djamila Ribeiro (2019) aponta a criação das desigualdades, através da articulação das identidades, acabando por produzir uma estrutura de opressão que privilegia determinados grupos em detrimento de outros. Nesse ponto, as identidades recebem caráter valorativo e excludente e foram utilizadas no decorrer da história dos povos para justificar a escravidão e para o genocídio da população negra e indígena, no Brasil, e dos povos originários na América do Sul. Da mesma forma, como a perpetuação do nazismo na Alemanha no século XX.

Na segunda abordagem, identificamos como principal objetivo a manutenção das heranças culturais e, conseqüentemente, a história e a valorização de um povo. Nesse viés, para Ribeiro (2019), “definir-se” constitui uma ação de fortalecimento na tentativa de romper com a norma de colonização.

Isto posto, a identidade e sua manipulação podem ser utilizadas como base para reflexão das estruturas de poder, atualmente, assim como para compreender as ações que visam ao empoderamento dos agrupamentos minoritários. Cabe observar que o termo minoritário não se relaciona, nessa abordagem, ao número absoluto de indivíduos de cada grupo, mas a grupos excluídos que, ainda que possuam uma quantidade expressiva, não participam das decisões políticas.

A obra “Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais”, organizada por Tomaz Tadeu da Silva aborda o conceito de identidade e sua direta relação com a diferença pelas perspectivas do próprio autor, do Stuart Hall e de Kathryn Woodward. A última apresenta a identidade como relacional e somente existente através da marca da diferença. Assim sendo, a identidade é marcada por símbolos, existindo uma relação entre os indivíduos e os itens por ele utilizados ou representados. Destaca, ainda, a correlação entre a história, o corpo e a identidade, da qual

se retira que a ancestralidade é um marco importante e inicial para a construção de identidades, já o corpo é um dos locais envolvidos no estabelecimento das fronteiras que definem quem nós somos, servindo de fundamento para a identidade, como, por exemplo, para a identidade sexual (WOODWARD, 2020, p. 15). Correlaciona a identidade ao poder, remetendo o domínio do poder àquele que pratica a ação de classificar e, conseqüentemente, de incluir ou de excluir determinado signo/agrupamento.

As identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social. A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença. Nas relações sociais, essas formas de diferença - a simbólica e a social - são estabelecidas, ao menos em parte, por meio de sistemas classificatórios. Um sistema classificatório aplica um princípio de diferença a uma população de uma forma tal que seja capaz de dividi-la (e a todas as suas características) e ao menos dois grupos opostos - nós/eles (por exemplo, servos e croatas); eu/outro (WOODWARD, 2020, p. 40).

Stuart Hall (2020) aborda a continuidade infinita da construção e mutação identitária descrevendo-a como “pontos de apego temporário”, utilizando os recursos históricos não para uma construção daquilo que se é, mas de um vir a ser.

Somando-se o ambiente escolar ao desenho do conceito de identidade, Eliane Cavalleiro (2018), em sua pesquisa, posteriormente transformada em livro, intitulado “Do silêncio do lar ao silêncio da escola”, observa as questões raciais e o desenrolar de conflitos suscitados por tais características dentro de uma escola de educação infantil e os reflexos das relações familiares contidos nesse espaço. No contexto da pesquisa, a autora observou as relações diárias que envolviam crianças entre 4 e 6 anos, com características multiétnicas, identificando que as crianças negras apresentavam,

precocemente, uma identidade negativa, e que tal construção é um importante processo social que ocorre dentro do ambiente escolar. Ratificando as conclusões anteriormente apresentadas, a pesquisadora afirma que a identidade é uma percepção que temos de nós, oriunda da percepção advinda dos olhos do outro. Nesse contexto, o olhar dos indivíduos que integram a escola.

Ao concluir sua investigação, Cavalleiro (2018) denuncia as evidências de que o sistema formal de ensino apresenta como um ambiente incapaz de propiciar uma construção identitária positiva para alunos negros. Para a autora, há uma série de experiências prejudiciais dentro do ambiente escolar, desde discussões e brigas entre alunos que perpassam por falas racistas ou atitudes de exclusão nos momentos das brincadeiras até o silêncio dos educadores. De acordo com a pesquisadora, os educadores não valorizam a necessidade da inclusão da temática racial no ambiente escolar e também apresentam atitudes de cuidados diferentes com crianças brancas ou negras, cometendo ainda falhas que silenciam as denúncias de racismo feitas pelas crianças. Desse modo, ela confere ao ambiente escolar a característica de um espaço de socialização capaz de negar a presença das crianças negras e, por conseguinte, de sua construção identitária positiva.

Enveredando-se pela definição da identidade, em sua investigação "Identidade de meninas negras: o mundo do faz de contas", Roseli Figueiredo Martins (2006) investiga como, entre meninas da 4ª série do Ensino Fundamental, por meio do faz de conta e da fantasia, constituem-se as imagens dos príncipes e das princesas pelas crianças perpassando pela definição de identidade. A autora explica os múltiplos significados que a identidade pode adquirir a depender da localização sociocultural do indivíduo e de seu coletivo, dialogando com Cavalleiro (2001; 2018) e Kabengele Munanga (2004; 2005; 2012; 2019; 2020), ao definir a identidade como suscetível a mudanças e a transformações. Em sua conclusão, a autora traz ao debate a identidade de resistência de Manuel Castells (1999), ao afirmar que os grupos excluídos, ao se definirem, buscam a posição de oposição à identidade legitimadora. Meninas negras buscariam, então, que suas especificidades fossem aceitas e não negadas.

Observando os resultados das interferências feitas por Martins (2006), verificamos que as meninas negras, em sua maioria, representavam os príncipes com pele branca e com cabelos pretos, ainda que as histórias fizessem referência à cultura africana. Notamos, também, uma predileção por elementos da identidade branca, como, por exemplo, perucas de cabelos lisos e loiros; ainda que a criança fosse uma menina negra. Indo ao encontro dessa tendência, a palavra “negro” é associada a situações de sofrimento ou de constrangimento.

Já na obra “Tornar-se Negro”, de Neusa Santos Souza (1983), uma bibliografia básica e referência para o debate da identidade, a autora estuda a construção identitária e a vida emocional de negros que ascenderam socialmente, a partir de um viés da psicologia. Dentro desse campo, a pesquisadora aponta a violência racista da branquitude, que busca destruir a identidade no negro, possibilitando uma dupla imposição: a recusa do corpo negro e os ideais de Ego do branco. Para a autora, refletir sobre identidade para o negro é um constante sofrimento, concomitante e contraditório. Nesse sentido, a raça tem uma função simbólica em sociedades multirraciais, inserindo ou retirando o indivíduo das estruturas de classe. A autora assinala, ainda, a importância da relação com o corpo e a construção identitária do indivíduo. Faz-se necessário, nesse ponto, ressaltar o debate do corpo feminino e a valorização do cabelo, salientando que, contemporaneamente, a ressignificação do cabelo é importante na construção identitária e na resistência racial. Quanto ao fenótipo negro temos que: “no Brasil, nascer com a pele preta e/ou outros caracteres do tipo negroide e compartilhar de uma mesma história de desenraizamento, escravidão e discriminação racial, não organiza, por si só, uma identidade negra” (SOUZA, 1983, p. 77).

Ser negro, para além disso, é tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona em uma imagem alienada, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse dessa consciência e criar uma nova consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração. Nesse sentido, ser negro não é uma

condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro (cf. SOUZA, 1983, p. 77).

Quando pensamos em identidade, no contexto infantil, é considerável observar que seu primeiro contato se dá através do corpo, do reconhecimento das diferenças estéticas, como, por exemplo, o cabelo, a cor de pele e a procura desses elementos no ambiente. Desse modo, a maneira como são apresentados os corpos negros na sociedade, em especial no espaço escolar, retratarão para a criança sua valorização ou não, como uma consequente construção identitária positiva ou negativa. A escola deve se posicionar como um dos espaços mais propícios durante a infância para a construção das identidades positivas. Nesse espaço, a criança deve ter contato com o "outro", com os corpos, culturas e a raças diferentes, e reconhecer o belo em si e no outro. Para tanto, o currículo e atores escolares devem refletir criticamente e gradativamente proporcionar o reconhecimento e valorização da identidade de cada aluno, evitando a busca da homogeneização.

Isto posto, finalizamos, esta seção, corroborando com o pensamento de Inaldete Pinheiro de Andrade (2005): a necessidade de as pessoas acumularem memórias com referências positivas, de modo a despertar o sentimento de pertencimento e a reforçar a identidade racial.

RAÇA E ETNIA

Na identidade étnico-racial, constantemente os termos raça e etnia são utilizados para destacar as diferenças socioculturais e históricas dos povos. Compreender o percurso histórico dos termos é compreender o porquê de, hoje, haver diferenças tão salientes entre os diversos agrupamentos.

Posto isso, a palavra "raça" vem do italiano *razza*, que sucedeu a origem latina *ratio*, cujo significado está interligado à sorte ou à categoria (cf. MUNANGA, 2004). Com sua primeira aparição na biologia e na botânica, Munanga (2004) pontua a utilização da palavra para classificar animais e plantas. Na linha temporal histórica da palavra e de seus significados, o antropólogo explica que, na Era Medieval, o termo era utilizado para remeter às

linhagens ou à ancestralidade de determinados grupos, chegando aos séculos XVI e XVII atrelado diretamente às classes sociais francesas.

Percebe-se como os conceitos de raças “puras” foi transportado da Botânica e da Zoologia para legitimar as relações de dominação e de sujeição entre classes sociais (nobreza e plebe), sem que houvesse diferenças morfológicas notáveis entre os indivíduos pertencentes a ambas as classes (MUNANGA, 2004, s/p).

Munanga (2004) destaca, ainda, que classificar é um modo de operacionalizar o pensamento. Ação essa que praticamos em diversos momentos de nossa vida, visando não somente a compreender os fatos, como, também, torná-los de mais fácil visualização. Logo, utilizar a cor de pele como elemento não só constitutivo, mas, também, classificatório, teria relevância para a compreensão da sociedade se dela não se tivesse advindo a hierarquização das pessoas.

Sérgio Costa (2002) observa, também, a oscilação do termo raça durante a história brasileira.

A raça não tem, no âmbito do campo dos estudos raciais no Brasil, um estatuto biológico ou seja “as raças não são um fato do mundo físico, elas existem, contudo, de modo pleno, no mundo social” (Guimarães, 1999:9ss.), produtos de formas de classificação sociais com implicações substantivas para as oportunidades individuais no interior dos deferentes grupos sociais. Por decorrência, o racismo é entendido como “uma forma bastante específica de “naturalizar” a vida social, isto é, de explicar diferenças pessoais, sociais e culturais a partir de diferenças tomadas como naturais” (COSTA, 2002, p. 47).

É possível afirmar que o termo raça é imbuído de um viés ideológico, sendo utilizado, em distintos momentos históricos. Inicialmente, desenhou-se como justificativa para a escravização dos povos africanos, articulando-se, conseqüentemente, como

elemento balizador da maior diáspora global até hoje existente, a africana. Atualmente, nos discursos antirracistas, o vocábulo busca a recuperação da ancestralidade e da herança cultural de África.

Nesse contexto, Gomes (2017), contribuindo para a delimitação do termo, afirma que o movimento negro foi capaz de não só ressignificar o termo raça, como, também, politizá-lo. A partir do termo raça, também, podemos compreender o vocábulo racismo e as ações inerente a ele. Trata-se de

[...] teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural (MUNANGA, 2004, p. 7).

Já a pesquisadora Dayane Nayara Conceição de Assis (2017) aborda não só a questão de raça, mas como está inserida dentro do movimento negro, também evidencia a presença do termo e de seu significado. Para autora, há uma subversão do movimento ao utilizar o termo como meio de desmistificar a intitulada “democracia racial” no Brasil.

Pode-se dizer que a adoção do termo raça pelo movimento negro no Brasil significou, antes de tudo, a racialização do próprio indivíduo perante o outro, sendo desta maneira não apenas um instrumento de agregação ou de identificação do movimento, e sim o meio pelo qual suas reivindicações ganharam espaço no cenário político em nosso país (ASSIS, 2017, p.126).

Gomes (2017), também, apresenta a análise do vocábulo dentro do contexto político.

Os militantes e intelectuais que adotam o termo raça não o adotam no sentido biológico, pelo contrário, todos sabem e concordam com os atuais estudos da genética de que não existem raças humanas. Na realidade, eles trabalham o termo raça atribuindo-lhe um significado político construído a partir da análise do tipo de racismo que existe no contexto brasileiro e considerando as dimensões histórica e cultural que este nos remete. Por isso, muitas vezes, alguns intelectuais, ao se referirem ao segmento negro utilizam o termo etnicorracial, demonstrando que estão considerando uma multiplicidade de dimensões e questões que envolvem a história, a cultura e a vida dos negros no Brasil (GOMES, 2017, p. 47).

No Brasil, o mito da “democracia racial” marca a passagem do racismo biológico para a suposta pacificação dos conflitos raciais através da mestiçagem. Conceito este que pode ser ilustrado pelo discurso existente no livro de Gilberto Freyre, “Casa Grande e Senzala” (1933). Oriundo da Era Vargas, com influência do movimento modernista europeu, o mito da democracia racial traz a cultura negra como símbolo da cultura brasileira, uma busca por mitigar os problemas ainda existentes e consequências do período escravocrata, sendo utilizado como política de Estado para o entendimento da miscigenação brasileira. Trata-se de uma tentativa de afirmar que, no Brasil, não existe racismo e que todas as raças convivem de modo pacífico e harmônico no país, ignorando as discrepâncias não só econômicas, como as relacionadas à segurança e a outros direitos sociais, quando consideramos os indicadores relacionados à população negra e/ou à indígena.

Em sua tese de doutoramento, Valter Roberto Silvério (1999) atém-se, também, aos usos e aos sentidos de raça e de etnia. O pesquisador marca, historicamente, o final da Segunda Guerra Mundial por constatar uma mudança no discurso. As pessoas que apresentavam falas racistas passaram a ser condenadas, em decorrência do receio da reincidência de eventos históricos, como o holocausto. As ações começaram a ter como base estudos científicos que comprovavam a não existência de hierarquização das

supostas raças humanas. Por outro lado, o autor apresenta, ainda, o percurso histórico da visão do “Outro” (aquele que era estrangeiro para a Europa), pelo mundo Europeu Medieval, desembocando no discurso religioso, por meio do qual os indivíduos de pele escura passaram a ser relacionados à maldade e ao ruim. O “Outro” era visto como um desvio da regra, uma oposição ao ideal cristão. Essa visão do negro como inferior e selvagem foi utilizada posteriormente para justificar a escravização dos povos africanos pelos europeus, pois somente a partir do trabalho seria possível recuperar essas “almas perdidas”, segundo os europeus.

Munanga (2004) apresenta, ainda, o conceito de etnia, interligado a questões históricas, psicológicas e culturais. O autor remete a pessoas com a mesma origem, língua, religião e que ainda morem em um determinado espaço geográfico. “Um grupo étnico é definido com referência a uma dada cultura enquanto uma raça é identificada anatomicamente” (SILVÉRIO, 1999, p. 71).

Por conseguinte, quando da utilização da palavra composta étnico-racial, remetemo-nos não apenas às semelhanças no estereótipo (como, por exemplo, cor da pele e a texturas do cabelo), mas, também, frisamos que, dentro desses grupos estéticos, coexistem subgrupos e suas produções culturais, religiosas e científicas. Trata-se portanto de um importante marcador identitário. Retoma-se, desse modo, a pluralidade não só da cultura negra, como, também, de outros povos que, usualmente, são colocados no mesmo agrupamento, bem como o significado político e a importância desse quesito para os estudos das relações de poder dentro e fora do espaço escolar.

INTERSECCIONALIDADE E IMAGENS DE CONTROLE: RAÇA, CLASSE E GÊNERO

Uma importante abordagem teórico-metodológica para reconhecer e para caracterizar a mulher negra, tanto no Brasil como em outros países, é a interseccionalidade. Desenvolvida por políticas e por intelectuais norte-americanas, caribenhas e latino-americanas, a interseccionalidade tenta explicar a experiência das mulheres

negras e as opressões a que elas são submetidas dentro da estrutura social. Pensar de modo interseccional alude à revelação das múltiplas exclusões. Trata-se de como a identidade desse grupo social é perpassado não só pelo racismo como por outras estruturas e opressões (cf. AKOTIRENE, 2019, p. 48).

A interseccionalidade é, antes de tudo, uma lente analítica sobre a interação estrutural em seus efeitos políticos e legais. A interseccionalidade nos mostra como e quando mulheres negras são discriminadas e estão mais vezes posicionadas em avenidas identitárias, que farão delas vulneráveis à colisão das estruturas e fluxos modernos (AKOTIRENE, 2019, p. 63).

Em sua obra “Memória da Plantação”, Grada Kilomba (2019), mulher negra, psicóloga, teórica e escritora, relata não só o modo como a mulher negra experiencia sua construção identitária no ambiente social, como, ainda, tenta localizar essas singularidades. Desse modo, aponta que a mulher negra é o “outro do outro” por não ser homem, estando a mercê do machismo e, por ser negra, torna-se vulnerável ao racismo, definindo-se, a partir de tal ponto, o racismo genderizado.

Ao percorremos a significação do termo interseccionalidade, podemos constatar sua interligação com o movimento feminista negro e sua criação por Crenshaw, jurista norte-americana negra, em 1989, em sua tese de doutorado, “Desmarginalizando a intersecção de raça e sexo: uma crítica feminista negra da doutrina antidiscriminação, teoria feminista e políticas antirracistas”. Mariana Santos Damasco, Marcos Chor Maio e Simone Monteiro (2012) realizaram um levantamento histórico sobre as mulheres negras no Brasil e concluíram que a identidade racial no movimento feminista brasileiro surgiu em virtude das acusações de esterilização cirúrgica em massa de mulheres negras no Brasil, objetivava-se reduzir a natalidade desse grupo. O movimento feminista, no país, em seu início, era composto por mulheres com formação universitária, classe média, algumas que residiram por certo período no exterior e tinham como principal pauta o voto feminino e a melhoria das condições de trabalho da mulher (DAMASCO; MAIO; MONTEIRO,

2012, p. 133-134). Portanto, em sua maioria eram brancas. A abordagem teórico-metodológica da interseccionalidade torna-se importante no contexto, pois pretende tratar as relações de poder articulando gênero (o conceito de gênero trata-se tanto de uma construção simbólica, como biológica, considerando as relações sociais e culturais para a sua concepção), raça e classe.

Assim, depreende-se que a interseccionalidade busca cruzar características de determinado grupo social relacionando as opressões, não com o objetivo de promover uma hierarquização, conquanto, pretende-se compreender a singularidade da discriminação. Ribeiro (2019) ratifica tais conceitos ao diferenciar as experiências vividas pela mulher branca quando comparada à mulher negra, detalhando desse modo que a experiência de gênero será discrepante, apesar de localizadas em uma mesma sociedade. A filósofa vale-se, também, de Kilomba e de sua percepção da categoria "outro" para ressaltar as diferenças existentes em decorrência de uma sociedade supremacista branca, na qual a mulher negra é a antítese do que se tem como ideal: branquitude e masculinidade.

Outra possibilidade de análise da mulher negra, de sua imersão no sistema e dos papéis a ela atribuídos, dá-se através das "imagens de controle" propostas por Collins (2019). Trata-se de uma violência simbólica e discursiva estabelecida pelos opressores que balanceiam raça, classe, gênero, sexualidade e agressividade buscando delimitar um local social pejorativo para a mulher negra. As imagens de controle articulam-se com símbolos no imaginário. Significa dizer que, no inconsciente, determinadas expectativas de como os corpos devem performar discursiva e visualmente e analisar quais os seus papéis.

Em sua obra "Imagens de controle - um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins", Winnie Bueno (2020) busca não só esmiuçar o termo posto, como, também, a ideia de "espaços seguros", elucidando que essas imagens se solidificaram e são oriundas do período escravocrata e apresentam uma possibilidade de reformulação.

Dentro dessa teoria, quatro prováveis imagens remeteriam às possibilidades de existência da mulher negra: a mula, a mammy,

a black lady e a jezebel. A primeira remete à animalização da mulher negra ao tratá-la como alguém capaz de trabalhar de modo excessivo sem questionar ou reclamar. O termo mammy, por sua vez, destina-se à figura da empregada doméstica obediente à família branca, sendo, constantemente, retratada como retinta, gorda e sem sensualidade. Enquanto a black lady descreve a imagem de mulher que não possui uma família e opera apenas com a finalidade de obter uma carreira com um cargo de destaque. Por último, e bem recorrente no Brasil, temos a hiperssexualização com a imagem da jezebel ou hoochie sempre disposta a manter relações sexuais e as insinuando nas mais diferentes e cotidianas ações, do modo como é apresentada, jezebel é uma mulher que precisa ser contida, domesticada, pois não sabe controlar seus instintos. Aponta-se, ainda, a pretty baby relacionada à sexualização de crianças negras.

As imagens de controle servem para construir um discurso sobre a identidade e o corpo antes mesmo que eles existam, criando empecilhos para os processos de subjetivação e de autonomia das mulheres negras. Garante-se, dessa forma, não apenas a subordinação, como, também, a exploração econômica da mão de obra desse grupo (BUENO, 2020, p. 28). Bueno (2020) revela, ainda, o racismo e o sexismo como sequestradores de processos íntimos de autoconstrução, sendo capazes de animalizar as mulheres negras e, conseqüentemente, de justificar as opressões sociais a elas destinadas retirando a responsabilidade de quem comete a violência, no caso, a branquitude.

Todos os conceitos: imagens de controle, o outro do outro, assim como a interseccionalidade denunciam o modo como operam as opressões no âmbito de vivências da mulher negra, e conseqüentemente ilustram uma realidade na qual uma construção de autoimagem positiva para meninas negras é dispendiosa.

INCLUINDO A INFÂNCIA DE MENINAS NEGRAS NA ABORDAGEM DA INTERSECCIONALIDADE

Apresentados os conceitos de identidade, raça e etnia, bem como imagens de controle, podemos olhar para as meninas

negras e dimensionar as opressões que vivenciam considerando a interseccionalidade de três condições: (i) são negras, sofrendo, com isso, a segregação racial; (ii) são do gênero feminino, sendo, pois, vítimas do machismo; e, por último, (iii) são crianças (consideraremos, neste trabalho, a faixa etária de 0 a 12 anos), silenciadas por sua suposta falta de maturação. Todos esses elementos permitem inferências sobre o reconhecimento identitário individual (autodeclaração) destas crianças, que é influenciado pela heterodeclaração realizada por outros grupos que hierarquizam as pessoas em função de sua cor.

A inclusão da infância no grupo dos oprimidos permite-nos entender e valorizar as fases do desenvolvimento humano, compreendendo suas peculiaridades e sua autonomia identitária e, conseqüentemente, negar seu silenciamento. Ariès (1986), em “A História Social da Criança e da Família”, é um dos precursores na discussão do conceito de infância. Para o autor, as crianças, assim como as mulheres na Antiguidade, são consideradas inferiores, levando a uma vivência da infância de modo heterogêneo e desigual, a depender da condição socioeconômica e cultural de cada indivíduo. Já Miranda (2020) apresenta o conceito de infância como uma construção histórica e determina que se trata de uma ocorrência social fixada pela sociedade e seu momento. Aborda, ainda, a necessidade de considerarmos a autonomia da infância ao visualizarmos as crianças como seres pensantes e capazes de expressar seus sentimentos e os significados das coisas. No caso das meninas negras, o subitem anterior antevê através da imagem da *pretty baby* que a infância delascarrega peculiaridades ligadas inclusive a sua hipersensualização.

Retomar a pesquisa de Cavalleiro (2018) faz-se necessário, nesse ponto, por apontar que as crianças negras, mesmo denunciando as situações de racismo ocorridas no ambiente escolar para os adultos, muitas vezes presenciadas pela pesquisadora, dificilmente, são acolhidas de modo adequado. As dores das crianças negras diante dos conflitos raciais vividos são minimizadas e solucionadas de modo inadequado. Os educadores, entre outros atores escolares, buscam no silenciamento do relato um modo de cessar os conflitos.

No campo científico, observamos a não existência de uma quantidade significativa de pesquisas que analisam a condição da menina negra, como apontado, anteriormente, neste estudo. Aliado a esse quadro, em uma publicação feita pela Georgetown Law, universidade localizada em Washington nos Estados Unidos, intitulada “Girlhood Interrupted: The Erasure of Black Girls Childhood” (2017) (Infância Interrompida: O Apagamento da Infância de Crianças Negras), a partir da entrevista de cerca de 325 adultos, aponta-se que as meninas negras são vistas como menos inocentes, atribuindo-lhes uma maior capacidade de compreensão dos assuntos de adultos (sexo), colocando-as em um local de vulnerabilidade de modo precoce, retomando ainda na infância, as imagens de controle apontadas por Collins.

Pensando na menina negra dentro do ambiente escolar e na sua construção como indivíduo, é importante reconhecermos a insalubridade inerente das relações de poder que, também, coexistem e infiltram-se nos locais educacionais em conjunto com o seu importante papel na socialização.

A experiência escolar amplia e intensifica a socialização da criança. O contato com outras crianças de mesma idade, com outros adultos não pertencentes ao grupo familiar, com outros objetos de conhecimento, além daqueles vividos pelo grupo familiar vai possibilitar outros modos de leitura do mundo (CAVALLEIRO, 2018, p.17).

Tem-se verificado que os espaços educacionais refletem e reproduzem as opressões sociais. Desse modo, são locais de exclusão para as meninas negras. Pensar a questão da interseccionalidade, no contexto brasileiro, implica compreender que as meninas negras são fruto de um ambiente social tóxico, que as exclui e promove graves violências. Nesse sentido, a escola deve ser ou se tornar capaz de articular práticas antirracistas que promovam o empoderamento.

Arleandra Cristina Talin do Amaral (2015) declara que, usualmente, os estudos relacionados à questão racial utilizam como foco os adultos, secundarizando a questão etária. Atribuindo à infância o caráter de conceito construído e introduzindo o valor moral ao contexto infantil, Nell Postman (1999) observa que a

infância e seu surgimento têm grande relação com a criação de novos valores sociais, em específico a vergonha. O surgimento de tal sentimento articulou-se, proporcionando à infância um local de cuidado e de zelo, antes não vivenciado. A vergonha auxilia, uma vez que passa a proteger e a separar os assuntos, as atitudes e as falas referentes ao mundo adulto e do mundo infantil, trazendo uma proteção inclusive quanto à violência e ao infanticídio que ocorria em meados do século XVIII. Observamos, assim, que o valor moral é importante não apenas para os grupos étnicos, mas é capaz de conservar e criar direitos, a exemplo de normativas como o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990). Dentro desse contexto, Postman (1999, s/p) afirma que: "As crianças, parece, não somente sabem que há valor em serem diferentes dos adultos, mas querem que se faça uma distinção; sabem, talvez melhor do que os adultos, que se perde algo terrivelmente importante quando se borra essa distinção."

O ideal é pensar a infância, compreendendo as crianças enquanto produtoras de conhecimento, de arte e de cultura. Entretanto o quadro atual é das crianças negras e/ou meninas vistas como um problema social, adultizadas, retirando delas o direito a viver de modo integral sua infância, às quais não é atribuído o lugar de zelo suscitado pela vergonha. A infância para as meninas negras trata-se de um marcador de vulnerabilidade e denuncia que há um tipo específico de criança que não tem os direitos estabelecidos pelo ECA garantidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados socioeconômicos referentes à mulher negra no Brasil explicitam o racismo estrutural brasileiro no qual esse agrupamento social recebe menos, trabalha mais, é mais suscetível à violência e permanece menos tempo na escola. Trata-se aqui do olhar que a sociedade tem em relação às mulheres negras (heteroidentificação) e do próprio olhar destas mulheres sobre si próprias, a autoidentificação. Entendemos que discutir aspectos da identidade de grupos considerando a interseccionalidade evidencia a hierarquização social e as desigualdades decorrentes de juízos de

valor que insistentemente colocam as mulheres negras em situações de exploração e opressão. Quando acrescentamos a este quadro a divisão etária do desenvolvimento humano e trazemos a reflexão sobre as meninas negras, mais uma dificuldade se apresenta: a condição social da criança como ser em desenvolvimento. Mas é justamente nesta dificuldade que se abre uma grande possibilidade de transformação, por serem seres humanos em processo de formação e vinculado a uma instituição social destinada à educação, a escola, podemos educar no sentido oposto do que prevalece na sociedade. Dito de outra forma, a escola pode educar meninas negras para uma autoidentificação positiva e meninos e meninas de maneira geral para uma heteroidentificação positiva das meninas negras. Ratificando desse modo a importância de estudos que propiciem a reflexão acadêmica e social e quiçá estas possam contribuir para o debate da importância da educação escolar na constituição da identidade destas meninas e conseqüente trazer subsídios para formulação de políticas públicas voltadas à educação de meninas negras.

Partimos do pressuposto da importância do outro (comunidade) para a construção individual identitária. Não existe um eu, sem nós. Só conseguimos saber quem somos, a partir da possibilidade de compreensão e observação das diferenças externas a nós. Entretanto, a menina negra, ainda que como todos, busque referências positivas para sua construção identitária, encontra uma quantidade ínfima de recursos na sociedade, quer sejam discursivos, quer sejam visuais, capazes de auxiliar na edificação de uma visão positiva de si, isso quer dizer, uma identidade positiva, uma vez que a branquitude e o patriarcado operam como norma.

Assim sendo, quando esse quadro de desigualdades se volta para as meninas negras, é necessário considerar que devemos conversar sobre opressões que perpassam igualmente os indivíduos que são do gênero feminino, negro e durante a fase infantil. Reconhecemos haver aspectos comuns que dizem respeito a todas as meninas negras. No entanto, é necessário, também, reconhecer um modo de existir múltiplo dentro desse grupo e possibilitá-lo tendo como norte currículos, práticas e agentes antirracistas.

Propomos assim, retomando o início deste artigo, ao citarmos personalidades históricas - Aquilino, Teresa de Benguela, Luíza Mahin, Mãe Aninha e Antonieta de Barros - a publicação contextualizada da vivência dessas personalidades em livros didáticos, em nossas salas de aula, resgatando a importância de cada uma para história do nosso país e para a construção de um referencial identitário positivo para meninas negras. Dessa maneira, reformulamos e vertemos a história em algo vivido e contada também a partir da perspectiva de pessoas negras que contribuíram e contribuem para a construção do Brasil.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

AMARAL, Arleandra Cristina Talin do. **A infância pequena e a construção da identidade étnico-racial na educação infantil**. REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 37ª, Florianópolis, 4 a 8 de outubro de 2015. In: Anais.... Florianópolis, 2015.

ANDRADE, Inaldete Pinheiro de. **Construindo a autoestima da criança negra**. In: MUNANGA, Kabengele. (org.). Superando o racismo na escola. Brasília: Ministério da Educação, 2005. p. 117-123.

ARIÈS, Philippe. **A história social da família e da criança**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

ASSIS, Dayane Nayara Conceição de. **Corpos negros e representação social no Brasil: uma discussão de gênero e raça**. Revista da ABPN, [s.l.], v. 9, n. 21, p. 123-134, fev. 2017.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF.

BUENO, Winnie. **Imagens de Controle: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins**. Porto Alegre, RS: Zouk, 2020.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro de Edições, 2011.

CASTELLS, Manuel. **A construção da identidade**. In: CASTELLS, Manuel. (org.). O poder da identidade. Trad. de Klaus Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 22-28.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do Silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 6. ed. 4. reimpr. São Paulo: Contexto, 2018.

CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e antirracismo na educação**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. Nova Iorque: Routledge, 2000

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Trad. de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019

COSTA, Sérgio. **A construção sociológica da raça no Brasil**. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 35-61, 2002.

CRENSHAW, Kimberle. **"Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics,"** University of Chicago Legal Forum: Vol. 1989: Iss. 1, Article 8.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

DAMASCO, Mariana Santos; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone. **Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993)**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 133-151, jan/abr 2012.

EPSTEIN, Rebecca; BLAKE, Jamilia J.; GONZÁLEZ, Thalia. **Girlhood Interrupted: The Erasure of Black Girls' Childhood**. Washigton, EUA, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182, June 2003.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. 2017. Geledes.

HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade?** In: SILVA, Tadeu Tomaz da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. (org.). *Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais*. 15. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 6a. 2020. p. 103-130.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 41, 2019.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (org.). **Atlas da Violência (2017)**. Rio de Janeiro, IPEA, 2017.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (org.). **Atlas da Violência (2019)**. Rio de Janeiro, IPEA, 2019.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (org.). **Atlas da Violência (2020)**. Rio de Janeiro, IPEA, 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano**. Trad. de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MARTINS, Roseli Figueiredo. **A identidade de meninas negras: o mundo do faz de contas**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2006.

MIRANDA, Amanaiara Conceição de Santana. **Relações de Gênero e étnico-raciais: uma perspectiva interseccional na educação**

- infantil.** Revista da ABPN, [s.l.], v. 12, n. 33, p. 241-256, jun./ago. 2020.
- MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** In: Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. [s.l.]: [s.n.], 2004.
- MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola.** Brasília: Ministério da Educação, 2005.
- MUNANGA, Kabengele. **Negritude e Identidade Negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso?.** Revista da ABPN, [s.l.], v. 4, n. 8, p. 6-14, 2012.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Identidade nacional versus identidade negra.** 5 ed. rev. ampl. 1 reimpr. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos.** 4. ed. 2 reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.
- ONU. Organização das Nações Unidas. **Mulheres e Meninas Afrodescendentes. Conquistas e Desafios de Direitos Humanos.** 2018.
- POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância.** Rio de Janeiro: Graphia, 1999
- REZZUTI, Paulo. **Mulheres do Brasil: a história não contada.** Rio de Janeiro: Leya, 2018.
- RIBEIRO, Djamilia. **Lugar de Fala.** São Paulo: Sueli Carneiro, 2019a.
- RIBEIRO, Djamilia. **Pequeno Manual Antirracista.** São Paulo: Sueli Carneiro, 2019b.
- SANTOS, B. S. (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente.** São Paulo: Cortez, 2004
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.
- SILVA, Tatiana Dias. **População Negra, Educação e Mudança Institucional.** Revista da ABPN, [s.l.], v. 11, ed. esp., p. 163-175, abr. 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção Social da identidade e da diferença.** In: SILVA, Tadeu Tomaz da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença - A perspectiva dos Estudos Culturais. 15. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 6a. 2020. p. 73-102

SILVA, Tadeu Tomaz da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença - A perspectiva dos Estudos Culturais.** 15. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 6a. 2020.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **Raça e racismo na virada do milênio: os novos contornos da racialização.** Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** V. 4. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SOUZA, Geraldine Mendonça de. **A Intelectualidade Negra Feminina por uma educação antirracista.** ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, XI, Belém, 2018. In: Anais.... Belém: UFPA, 2018.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **A pesquisa e a produção de conhecimentos.** In: PINHO, S. Z. (org.). Cadernos de Formação: Formação de Professores. Educação, Cultura e Desenvolvimento. V. 3. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 111-148.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.** In: SILVA, Tadeu Tomaz da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença - A perspectiva dos Estudos Culturais. 15. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 6a. 2020. p.7-72

Recebido em: *Maió/ 2023.*

Aprovado em: *Setembro/ 2023.*